

DECRETO Nº 058 DE 2025 DE NOVEMBRO DE 2025.

Cria o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, no âmbito do Município de Vertentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VERTENTES, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.431/2017, especialmente o seu art. 9º, que prevê a instituição do comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;

CONSIDERANDO a necessidade de organização, articulação e integração da rede intersetorial de atendimento no âmbito do Município de Vertentes, garantindo atenção integral, proteção e redução da revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Município de Vertentes, o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes

Vítimas ou Testemunhas de Violência, instância intersetorial com caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento das ações da rede de proteção.

Art. 2º O Comitê de Gestão Colegiada funcionará no âmbito da Secretaria Municipal de Governo e Ação Social, ao qual se vincula, observando-se as normas da Lei Federal nº 13.431/2017 e do Decreto Federal nº 9.603/2018.

Art. 3º O Comitê de Gestão Colegiada tem por finalidade articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, competindo-lhe, dentre outras atribuições:

I – articular e mobilizar os órgãos, serviços, programas e equipamentos públicos que integram a rede de proteção de crianças e adolescentes, nas áreas de assistência social, saúde, educação, segurança pública, justiça, direitos humanos, conselho tutelar e outras afins;

II – planejar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações da rede intersetorial de atendimento, com foco na proteção integral de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;

III – colaborar para a definição, implementação, monitoramento e revisão dos fluxos de atendimento intersetorial, evitando a superposição de tarefas e priorizando a cooperação entre órgãos e serviços;

IV – propor mecanismos de compartilhamento de informações entre os serviços da rede, observada a legislação de proteção de dados e o sigilo profissional, de modo a assegurar o atendimento célere, qualificado e não revitimizador;

V – definir, em conjunto com os órgãos e serviços da rede, o papel de cada instância ou serviço e o profissional de referência responsável pelo acompanhamento dos casos que envolvam crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;

VI – fomentar e acompanhar a criação e o funcionamento de grupos intersetoriais locais destinados à discussão, ao acompanhamento e ao encaminhamento de casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes;

VII – propor ações de formação continuada, sensibilização e capacitação dos profissionais que atuam na rede de proteção, em consonância com a Lei nº 13.431/2017 e demais normativas pertinentes;

VIII – propor, apoiar e acompanhar campanhas educativas e ações preventivas voltadas à promoção dos direitos de crianças e adolescentes e ao combate a todas as formas de violência;

IX – elaborar e aprovar, por decisão interna, os instrumentos operacionais necessários à execução de suas atribuições, inclusive fluxos, protocolos, formulários e modelos de relatórios.

Art. 4º O atendimento intersetorial organizado sob a coordenação do Comitê de Gestão Colegiada poderá contemplar, entre outros, os seguintes procedimentos, em consonância com o § 1º do art. 9º do Decreto Federal nº 9.603/2018:

I – acolhimento ou acolhida da criança ou do adolescente e de sua família ou responsáveis;

II – realização da escuta especializada nos órgãos do sistema de proteção;

III – atendimento articulado pela rede de saúde e pela rede de assistência social;

IV – comunicação obrigatória e célere ao Conselho Tutelar;

V – comunicação à autoridade policial, quando couber;

VI – comunicação ao Ministério Público, quando cabível;

VII – realização de depoimento especial perante autoridade policial ou judiciária, nos termos da Lei nº 13.431/2017;

VIII – aplicação e acompanhamento de medidas de proteção pelo Conselho Tutelar, quando necessário.

§ 1º Os serviços que compõem a rede deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, familiares e demais sujeitos da sua rede afetiva, por meio de relatórios e demais instrumentos adequados, com observância do sigilo e dos protocolos estabelecidos no fluxo de atendimento.

§ 2º Poderão ser adotados outros procedimentos além dos previstos no *caput*, a critério das equipes técnicas e conforme a avaliação do caso concreto, garantindo-se sempre o melhor interesse da criança e do adolescente.

Art. 5º Compõem, minimamente, o Comitê de Gestão Colegiada:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Governo e Ação Social, ou equivalente;

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;



- III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Esportes;
- IV – 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- V – 01 (um) representante do Conselho Tutelar;
- VI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã, se houver, ou órgão congênere;
- VII – 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;
- VIII – representantes de outros órgãos, entidades governamentais e não governamentais que atuem na garantia de direitos de crianças e adolescentes, a serem definidos em deliberação do CMDCA, podendo incluir organizações da sociedade civil que compõem a rede de proteção.

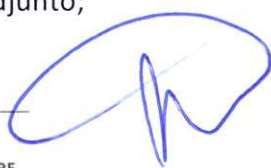
§ 1º Cada órgão ou entidade indicará 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente.

§ 2º Os membros titulares e suplentes do Comitê serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades e designados por Portaria do Prefeito Municipal.

§ 3º O exercício das funções no Comitê será considerado de relevante interesse público, não sendo remunerado a qualquer título.

Art. 6º O Comitê de Gestão Colegiada terá a seguinte forma de organização e funcionamento:

- I – o Comitê será coordenado por 01 (um) Coordenador e 01 (um) Coordenador Adjunto, sendo o primeiro o(a) Secretário(a) de Governo e Ação Social, e o segundo indicado pelo titular da pasta;
- II – haverá 01 (uma) Secretaria Executiva, exercida por membro indicado pelo Coordenador, responsável pelo apoio administrativo, elaboração das pautas, convocação das reuniões e lavratura das atas;
- III – o Comitê reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos a cada 06 (seis) meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros;
- IV – as reuniões poderão ser presenciais ou virtuais, conforme deliberação do Comitê, devendo, em qualquer caso, ser lavrada ata circunstanciada, assinada pelos presentes;
- V – o quórum mínimo para funcionamento do Comitê será de metade mais um de seus membros em exercício, incluído o Coordenador ou o Coordenador Adjunto;



VI – as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Coordenador, além do voto ordinário, o voto de qualidade em caso de empate;

VII – sempre que necessário, o Comitê poderá convidar para participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de outros órgãos públicos, entidades da sociedade civil, especialistas e demais pessoas cuja participação seja considerada útil ao debate.

Art. 7º Os órgãos, serviços, programas e equipamentos públicos municipais que compõem a rede de cuidado e de proteção social de crianças e adolescentes deverão, sob a coordenação do Comitê de Gestão Colegiada, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação deste Decreto:

I – definir e formalizar o fluxo de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, observado o disposto no art. 9º do Decreto Federal nº 9.603/2018, de maneira a:

- a) assegurar que os atendimentos sejam realizados de forma articulada;
- b) evitar a superposição de tarefas e a revitimização;
- c) priorizar a cooperação entre os órgãos, serviços, programas e equipamentos públicos envolvidos;
- d) estabelecer mecanismos de compartilhamento de informações, preservado o sigilo;
- e) definir o papel de cada instância ou serviço, bem como o profissional de referência responsável pelo acompanhamento dos casos;

II – criar grupos intersetoriais locais para discussão, acompanhamento e encaminhamento de casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, estabelecendo, no ato de sua criação:

- a) a composição mínima, com representantes das políticas de assistência social, saúde, educação e Conselho Tutelar;
- b) as atribuições específicas, incluindo a análise de casos, encaminhamentos, monitoramento e proposição de estratégias de prevenção;
- c) a periodicidade das reuniões, preferencialmente mensal;
- d) a forma de registro e de comunicação das informações ao Comitê de Gestão Colegiada, resguardado o sigilo.

Art. 8º Caberá ao CMDCA:



- I – acompanhar e apoiar o funcionamento do Comitê de Gestão Colegiada;
- II – articular a inclusão das ações do Comitê nas políticas, planos e instrumentos de planejamento municipal voltados à infância e adolescência;
- III – receber, debater e encaminhar as recomendações e propostas emanadas do Comitê.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Vertentes, 25 de novembro de 2025.


ISRAEL FERREIRA DE ANDRADE

Prefeito